

# Dossiê Temático

## Políticas Ameríndias

***Diógenes E. Cariaga (org.)***<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

***Aline Castilho Crespe (org.)***<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Grande Dourados

A C E N O

CARIAGA, Diógenes; CRESPE, Aline Castilho. **Políticas Ameríndias: apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 5 (10): 13-xxx, agosto a dezembro de 2018. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de Povos Indígenas (NEPI/PPGAS/UFSC) e ao do grupo de pesquisa Etnologia e História Indígena (UFGD)

<sup>2</sup> Professora adjunta na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, coordenadora do grupo de pesquisa Etnologia e História Indígena (UFGD).

## Apresentação

Os modos pelos quais os coletivos indígenas atribuem qualidades e sentidos às suas relações habita uma região de vizinhança com aquilo que se entende comumente como política. Todavia, o caso indígena parece radiar amplamente para distintos campos da socialidade relações que podemos marcá-las, provisoriamente, como políticas. Como bem assinalou Lévi-Strauss, desde as Estruturas Elementares do Parentesco (2011, p. 525), no mundo indígena não assumir posições é algo inconcebível, daí *a impossibilidade que os indígenas demonstraram de conceber uma relação neutra, ou mais exatamente, a ausência de relação*.

Recusar a neutralidade e a ausência de posição nas relações parece ser o que anima os coletivos indígenas a investirem incessantemente na transformação, movidos por aquilo que Clastres (2003) apontava como estruturante à filosofia da chefia indígena, a recusa em ser tornar o *Um*, o desejo de se fazer e de desdobrar o *múltiplo*: *o Mal é o Um. O Bem não é o múltiplo, mas o dois, ao mesmo tempo o um e seu outro, o dois que designa verdadeiramente os seres completos* (*idem*, p. 191, grifos do texto original). A revolução copernicana anunciada por Clastres encontra, nos dias atuais, o desejo de pesquisadores e pesquisadoras (indígenas e não indígenas) em tomar do pensamento antropológico categorias, conceitos e teorias capazes de desestabilizar o cânone etnocêntrico que sustentam imagens e discursos analíticos que insistem em manter o “pensamento científico” separado daquilo que o pensamento dos modernos estabeleceu como natureza (LATOURET, 2004, 2009). Retornando a Clastres (2003), ao convocar a etnologia indígena para pensar a problemática do poder, o autor nos lança a um projeto teórico e etnográfico no qual a antropologia é um modo em que é possível se fazer ver a relações como políticas, *queremos aludir ao espaço do político, em cujo centro o poder coloca a sua questão: temas novos, em antropologia social, de estudos cada vez mais numerosos* (*idem*, p. 23, grifos do texto original).

Neste dossiê apresentamos uma pequena contribuição à antropologia e demais campos do conhecimento através de pesquisas realizadas em diferentes coletivos ameríndios e que trazem aos leitores e leitoras debates e reflexões sobre os modos de fazer política, assim como os seus agenciamentos, nas terras baixas da América do Sul. A proposição do dossiê é fruto de algumas discussões que vimos produzindo através de seminários, grupos temáticos e mesas-redondas focadas no assunto<sup>3</sup>. No título do dossiê mantivemos o uso da palavra política em uma tentativa de manter em comparação (e em tensionamento) as traduções engajadas nas descrições de relações entre diferentes entes. Reconhecemos que o problema da diferença entre indígenas e não indígena não está no nominalismo dos termos utilizados, pois, como destacado por Almeida (2013) as diferenciações produzem uma economia política imanente aos encontros pragmáticos resultantes do problema colocado pela multiplicidade das formas do fazer político que não pode ser resumido em questões epistemológicas. Como alertou Viveiros de Castro (1999, S79), tal operação é o que define o pensamento filosófico moderno: *antropólogos persistem em pensar que para explicar uma ontologia não ocidental devemos derivá-la(ou reduzir para) uma epistemologia*<sup>4</sup>.

Ao longo do dossiê veremos artigos debaterem temas clássicos da etnologia indígena, mas em diálogo com contribuições contemporâneas, o que têm contribuído para alargar o campo das pesquisas sobre e com os coletivos indígenas. Abrimos o dossiê com o texto de Jaqueline Candido Guilherme que trata sobre a recepção entre os Kaiowa da Reserva Indígena de Dourados do rap. Tomando o grupo Brô MC, a autora descreve as mediações geracionais e políticas no contexto das redes indígenas e não indígenas pela qual os *rappers* kaiowa e guarani circulam. Já Luisa Pontes Molina nos conduz a uma potente reflexão sobre pluralidade de sentidos que terra indígena reverbera nas estratégias da autodemarcação entre coletivos indígenas em contextos amazônicos.

Ainda nas paisagens amazônicas, Wagner Lins Lira explora as redes xamânicas e terapêuticas através dos usos da ayahuasca e outras “plantas do poder” em contextos rurais e urbanos para compreender itinerários terapêuticos agenciados nestas práticas de conhecimento. O xamanismo kaiowa é apresentado por Augusto Ventura dos Santos através das séries cosmológicas e sociológicas engajadas através dos *chiru*, artefato que é, ao mesmo tempo, pessoa. No texto o *chirué* lido pelo autor como uma tecnologia cosmopolítica e um operador ontológico nos modos de relação kaiowa.

Fernando Augusto Fileno nos oferece uma descrição dos modos de fazer e desfazer coletivos tendo na produção da chafia entre os Mura, indígenas hoje falantes de português, o contexto do qual o autor extrai formas e conceitos nativos que dizem respeito à produção do *socius* e da alteridade na Amazônia. Seguindo esta discussão sobre a inovação e a criatividade nos modos de fazer política nas terras baixas, o artigo de Amanda Cristina Danaga descreve as traduções tupi-guarani relacionadas ao uso da palavra *luta* (em português) pelas lideranças de *Ywyty Guaçu* (Aldeia Renascer) em Ubatuba-SP. O texto trata-se de um potente

<sup>3</sup> A primeira atividade intitulada “Políticas Etnográficas em Pesquisas Indígenas” foi um seminário realizado em 23/06/2016, na UFGD, em Dourados, que contou com pesquisadores indígenas e não indígenas de diferentes programas de pós-graduação em Antropologia e História (UEMS, UFGD, UFSC, UNICAMP, USP). Em outubro de 2017, entre os dias 04 e 06, coordenamos junto com Lauriene Seraguza (CEStA/PPGAS/USP) o grupo de temático “Políticas Ameríndias” no IV Congresso Ibero-Americano de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, também na UFGD em Dourados. Nos 19 e 20 do mesmo mês, apoiado pelo PPGAS/UFSC e pelo INCT Brasil foi realizado o colóquio “Etnologia Indígena no Brasil Meridional”, na UFSC, em Florianópolis, realizado em parceria pelo NEPI/PPGAS/UFSC, Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (LII/UFSC) e pelo CEStA/USP.

<sup>4</sup> Tradução nossa.

exercício etnográfico da articulação e diferenciação de conceitos e categorias nativas sobre coletivos e lideranças no português falado pelos índios.

Articulando informações demográficas a reflexão etnológica sobre o Paresi no Mato Grosso, Renata Bortoletto Silva descreve a intensificação das relações do coletivo com os brancos ao longo do seu secular processo de contato, descrevendo os efeitos que a produção de soja em terras paresi provocou na produção da chefia e da territorialidade nos dias atuais. Ainda no tema das relações com os brancos, mas apontando outro registro na produção de relações, Dilma Ferreira Costa e Irerwyk Kayapó, escreveram colaborativamente um texto sobre a noção de pessoa e confecção de adornos destacando as noções de beleza e riqueza entre os Mëbêngôkre, expressos também no relato etnográfico que fazem sobre a cerimônia de pintura das mulheres.

O texto de Cinthia Creatini da Rocha sintetiza questões da sua pesquisa etnográfica sobre o movimento político entre os Tupinambá de Olivença (BA). A autora explora os modos de fazer política nas relações entre figuras individuais da chefia, os caciques, estendendo a análise para as formas coletivas, o cacicado e como tais personagens incidem na produção da territorialidade tupinambá. Já o artigo de Guilherme Lavinias Jardim Falleiros é um experimento analítico no qual a proposta é estabelecer conexões entre a análise estrutural dos mitos ameríndios delineada por Lévi-Strauss, com as contribuições sobre a ação política ameríndia em comparação com modos não indígenas. A sugestão do autor é que nos atentemos a potência da política ameríndia sobre as formas políticas republicanas.

A respeito desta potência anunciada pelas formas da política ameríndia, Elis Fernanda Corrado nos traz uma descrição etnográfica das mobilizações políticas entre os Kaiowa e os Guarani no MS, desprendidas na ação de retomada dos seus *tekoha* (“território tradicional”) desde o final da década de 1970. A ação política dos Guarani e Kaiowá produziram efeitos na produção de lideranças e de coletivos ao longo dos anos que seguem estas mobilizações. Produzir outras cartografias da socialidade e da territorialidade é também o movimento feito por Luiz Augusto Souza Nascimento a respeito das transformações míticas e cosmológicas expressas nas narrativas indígenas sobre a Cobra-Grande no Rio Negro, no Noroeste Amazônico, marcado por uma extensa rede de relações, matrimônios e alianças entre diferentes grupos linguísticos que produziram etnografias centrais a formulação de um paradigma americanista para etnologia indígena. Encerrando o dossiê, Lauriene Seraguza se debruça nas múltiplas formas de composição de alianças entre os Kaiowa e os Guarani experimentadas ao longo de mais um século de relações com os brancos. Neste caso, os coletivos esmeraram-se em produzir outras e novas formas de relação a fim de assegurar sua agência diante do inevitável fim do mundo.

Os textos presentes no dossiê apresentam análises que lidam com os desafios cada vez maiores em descrever relações múltiplas e complexas sobre os modos pelos quais os coletivos têm produzido imagens e conceito sobre si e seus outros, dialogando com o problema da afinidade. Conforme formulação realizada por Viveiros de Castro, tal relação e os valores atribuídos a elas são sempre *ambíguo, estratégico e problemático* (*idem*, 2002, p. 142). Fazer e desfazer relações parece ser o que movimenta a máquina que conduz a vida social ameríndia em que cosmos, corpos e pessoas são sempre mais de uma coisa ao mesmo tempo, deste modo, são formas que se alternam e se justapõem, numa dialética de sociedade que não foram feitas para durar. Esta instabilidade motivada pelo o que

Lévi-Strauss (1993) definiu como dualismo em desequilíbrio perpétuo e a abertura ao outro, algo que se produz entre dois termos, uma dinâmica que não interrompe o fluxo das transformações, garantindo ao pensamento e a ação ameríndia diferenciar-se sucessivamente.

Deste modo, como formulam Coelho de Souza e Fausto (2004), pensando sobre a formulação levistraussiana do dualismo ameríndio, os autores situam que estamos diante de formas do “fazer sociedade” que não se situam nem na instituição e também não na representação *pelo lugar que a socialidade e o pensamento indígenas conferem à categoria da afinidade, por meio da qual se abrem para alteridade e para o tempo* (*idem*, p. 115). Perrone-Moisés e Sztutman (2009) aprofundam o diálogo desafiador de se pensar as formas políticas ameríndias através de uma proposição que toma o dualismo em desequilíbrio perpétuo como perspectiva política para etnologia. Os autores articulam reflexões etnográficas sobre os ameríndios nas terras baixas com debates com teorias etnográficas melanesistas, reflexões oriundas da *sciences studies* e a filosofia da multiplicidade que nos asseguram rastrear a emergência de novas e outras redes e relações ameríndias no fazer político diante da intensificação dos saberes, poderes e tecnologias de seus muitos outros.

Neste sentido, os textos do dossiê indicam perspectivas antropológicas e etnográficas que nos permitem ver as relações como políticas, pois como escreveu Clastres (2003) a política entre os ameríndios está em toda parte, ao mesmo tempo em que não está em lugar algum. O nosso desafio é cada vez mais pensar junto com os coletivos indígenas quais usos e sentidos estão relacionados ao fazer político e suas traduções.

## Referências

ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos. *R@U/Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 5, n. 1, jan-jun, 2013, p. 7-28.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

COELHO DE SOUZA, Marcela e FAUSTO, Carlos. Reconquistando o campo perdido: o que Lévi-Strauss deve aos ameríndios. *Revista de Antropologia*, v. 47, nº 1, 2004, p. 87-131.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos. Ensaios em Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34, 2009 (3ª ed.).

\_\_\_\_\_. *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, EDUSC, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *História de Lince*. São Paulo, Companhia da Letras, 1993.

PERRONE-MOÍSES, Beatriz e SZTUTMAN, Renato. Dualismo em desequilíbrio perpétuo feito política: desafios ameríndios. In: GT 26 – Novos modelos comparativos: antropologia simétrica e sociologia pós-social, 33ª Reunião da ANPOCS, Caxambu, MG, 2009, *mimeo*.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

\_\_\_\_\_. *Comments*. In: “Animism” *Revisited: Personhood, Environment, And Relational Epistemology [And Commentes and Reply]*. BIRD-DAVID, Nurit et. all. (ed.). *Current Anthropology*, n. 40, *Supplement: Special Issue: Culture. A second chance?* Feb. 1999, S79-S80.